

**Ata nº 37/2018 - COMUM - Reunião Ordinária** - Às nove horas do dia onze de outubro de dois mil e dezoito, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na rua 1822, nº1510, centro de Balneário Camboriú – SC, em reunião ordinária, as seguintes conselheiras, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMUM: Natalli Pazini Silva (SDIS-Gestão); Ketlin da Rosa Talevi (Sec. Articulação); Claudineia da Costa Wolf (Sec. Administração), Huanita Radke (Conselho Tutelar), Patrícia Castellem Strebe (Biblioteca Bem Viver); Mariene de Sena Silva e Mariane Veiga (CAAP); Natália Guilhermetti Garcia (SEMEAR Diversidade); Fabiana Lehmkuhl (Tecendo Direitos) e Maria Salete Costa (Rede Feminina). Contando também com a participação da representante Heloisa M. Kipfer (Conselho Tutelar). Justificaram ausência as conselheiras: Sheila Fernandes e Suelen Roberta Pedroza (Sec. Transparência). **1)** A presidente Natalli dá início à reunião explicando que a **ata da reunião anterior** não foi encaminhada por e-mail e por esse motivo procede à **leitura da mesma**, sendo **assinada e aprovada pelas conselheiras presentes**. **2)** A vice-presidente Ana Lodi inicia a fala referente ao primeiro ponto da pauta explicando que, como foi deliberado na reunião anterior será falado sobre o **projeto de alteração da Lei do COMUM**. É entregue cópia aos presentes onde aparecem em destaque as modificações. Natalli explica que esse projeto já foi analisado e bastante discutido na gestão anterior e que será realizada a leitura do mesmo para análise e apresentação de possíveis sugestões ou considerações. Respondendo ao questionamento dos conselheiros referente ao motivo pelo qual o conselho é ligado à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, Presidente e Vice explicam que todos os conselhos de direito são vinculados a alguma secretaria, os de Educação à secretaria de Educação, e os de direito, referentes a políticas transversais à Secretaria de Inclusão. Na continuidade, a vice-presidente Ana procede à leitura da Lei enfatizando as modificações, sendo apresentadas as correspondentes justificativas. No que diz respeito à função do conselho, de promover políticas públicas para melhoria de condições de vida das mulheres e eliminação de violências contra as mesmas, Natalli explica que não é função do conselho a eliminação (desse tipo de violência), mas sim, através das políticas públicas que o mesmo promove. É esclarecido que todos os projetos referentes à política da mulher que chegam à Câmara de Vereadores devem ser encaminhados ao COMUM, foi um compromisso que os Vereadores assumiram. Foram acrescentadas à lei: a) a convocação e organização a cada dois anos, e sempre que houver convocação nacional, da Conferência Municipal dos Direitos da Mulher; b) oferecer pareceres, projetos de lei e propostas relacionadas às demais atribuições do conselho (que os vereadores precisam apresentar para o conselho); c) organizar a cada dois anos o fórum de entidades não governamentais. Natalli reforça a importância da convocação da conferência municipal por não sabermos se continuará tendo a convocatória nacional. As conselheiras concordam na importância do relatório resultante da conferência do dia seis de dezembro, sendo solicitado à secretária executiva o encaminhamento por e-mail. No que diz respeito ao Fundo do COMUM, em resposta aos questionamentos das conselheiras, Ana explica que existe um projeto de criação. Natalli explica que é necessária a existência de orçamento para que tenha sentido a criação do fundo. No que diz respeito à composição do conselho, foi acrescentada a composição da diretoria pelo período de um ano e a do conselho por dois anos. Foi acrescentada a participação de um representante da Delegacia de Proteção à Criança,





Adolescente, Mulher e Idoso – DPCAMI, na composição do conselho, sendo um total de sete representantes governamentais. A vice-presidente esclarece que são considerados representantes governamentais os que pertencem à rede pública municipal. Referente aos representantes não governamentais seria um total de quatorze. As conselheiras manifestam a concordância em dois terços dos representantes serem não governamentais. As conselheiras iniciam uma discussão mais específica referente ao projeto de lei, sugerindo a apresentação aos vereadores mediante uma comissão do conselho, visando a aprovação de alguns gabinetes. Uma das conselheiras explica que as alterações podem ser aceitas pelos vereadores, mas pode acontecer que os mesmos afirmem que não é competência do Legislativo e sim do Executivo, embora, como coloca outra representante, se trate de um projeto que não envolve recurso. Uma das conselheiras questiona o motivo pelo qual deve haver representantes usuárias no conselho, para o qual Ana manifesta a importância dessa participação no conselho onde as mesmas poderão ter voz e a oportunidade do desenvolvimento do empoderamento dessas pessoas, por serem as pessoas que mais precisam das políticas públicas. A presidente Natalli reforça a importância dessa participação, manifestando as suas necessidades e colocando os pontos positivos ou negativos referentes aos atendimentos recebidos nos respectivos equipamentos/serviços. Ana acrescenta que todas as mulheres presentes na reunião do dia são usuárias das políticas públicas também, e informa que a lei do SUAS e do SUS determina a participação dos usuários. No que diz respeito aos representantes governamentais, é deixado em aberto, sem especificar os nomes das secretarias, para serem indicados representantes daquelas que tiverem interesse em participar do conselho. Conselheira sugere que seja acrescentado “preferencialmente das Secretarias de Inclusão Social, etc”. Na concordância das conselheiras presentes, o parágrafo foi redigido da seguinte maneira: “O poder público municipal indicará suas representantes garantindo a representatividade de outras entidades do Governo Municipal, preferencialmente ligadas a políticas públicas vinculadas às competências do COMUM”. No que diz respeito às usuárias, é feita a discussão dos serviços correspondentes: SUS, CREAS, CRAS, ou serviços que venham substituí-los. É acrescentado: Representantes de redes femininas e de redes feministas, de fóruns ... Referente ao artigo oitavo, foi modificada a parte final, sendo que o poder executivo municipal deverá divulgar o edital, neste caso, o Prefeito tem que fazer um Decreto chamando o fórum, ou a conferência. É colocada a necessidade de acrescentar a disponibilização de funcionário público efetivo para secretariado executivo do conselho, mas também é discutido o suporte oferecido pela Casa dos Conselhos. A vice-presidente coloca em deliberação da plenária se vai ser entregue ao Prefeito ou se vai ser levado aos vereadores. Natalli sugere fazer a entrega ao Prefeito e se não for levado adiante, poderá ser feito o movimento de levar aos vereadores. Finalmente é deliberado que será redigido o ofício com o projeto de alteração da lei do conselho e a justificativa correspondente, e que uma comissão poderá ir falar com o chefe de gabinete, tentará falar com o Prefeito e será dado prazo de quinze dias. 3) No que diz respeito aos **dados sobre violência do GERVAV**, uma das conselheiras faz referência aos assuntos apresentados na reunião anterior referentes aos adolescentes e sugere que seja feito um alerta ou proposição para órgãos internacionais ou nacionais para que se tome alguma providência, na sequência Natalli explica que o GERVAV com certeza irá fazer esse movimento, mas que ainda está sendo feito um levantamento de dados e informações para fazer isso a partir de um relatório. 4) **A questão do grupo de whatsapp**: A presidente explica que tem





pessoas no grupo que não fazem parte do conselho. A sugestão é deixar o grupo exclusivamente para o conselho. É sugerida a criação de um novo grupo exclusivo para o conselho e renomear esse grande grupo. 5) As conselheiras concordam que deverá ser feita **Nota de Repúdio referente às violências** sofridas pelas minorias **nesses últimos dias**; 6) Natalli informa que foi recebido **convite da TV Câmara para participação do conselho, mediante uma representante, no programa "Câmara Debate", no dia dezoito de outubro,** sobre o tema "os direitos das mulheres no Brasil", no qual estarão presentes a Vereadora Juliethe, a presidente da CDL, uma representante da OAB e uma representante do COMUM. 7) A vice-presidente Ana fala sobre **anistia internacional** que realiza um **evento** todo ano que se chama **escreva por direitos, referente a vítimas de violação dos direitos humanos**, e informa que este ano é sobre violência contra as mulheres. Explica que são escolhidos casos e são convidados apoiadores para entrarem em ação, mobilizando a comunidade a escrever procurando por justiça. Informa também as mulheres consideradas defensoras de direitos humanos, procedendo à leitura do documento de divulgação do evento. 8) **Documentos expedidos:** Ofício nº 28/2018 ao Presidente da Câmara de Vereadores, solicitando a gravação do Programa "Câmara Debate" com o tema "Direitos da Mulher" que foi ao ar no dia três de setembro do corrente ano; Foi encaminhada cópia do ofício anterior ao Diretor de Comunicação Social e TV, Sr. Marcelo Vrenna. Ana sugere que o conselho participe de alguma maneira, podendo ser feita nota de repúdio referente a esses casos de violência considerados; 9) **Documentos recebidos:** Ofício nº 078/2018 do Departamento de Comunicação Social e TV ao Vereador Patrick Machado, com cópia ao COMUM, em resposta ao ofício nº 28/2018, encaminhando cópia do Programa Câmara Debate do dia três de setembro. A presidente Natalli agradece a presença de todas as representantes e sem mais a ser tratado dá por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, lavro esta ata que, após aprovada, será assinada pela presidente e as conselheiras presentes para que surta os efeitos legais.

